

# Marisqueiras da cidade de Curuçá, Estado do Pará: uma abordagem socioeconômica, produtiva e ambiental

*Marisqueiras from the City of Curuçá, State of Pará: a Socioeconomic, Productive, and Environmental Approach*

*Mariscadores de la ciudad de Çuruçá, Estado de Pará: un enfoque socioeconómico, productivo y ambiental*

Maryane de Sousa Sousa  
Rossela Damasceno Caldeira

---

## Artigo de investigação

Editor: Edgar Bolívar-Urueta

**Data de envio:** 2022-3-22 **Devolvido para revisões:** 2023-06-16 **Data de aceitação:** 2023-11-14

**Como citar este artigo:** de Sousa Sousa, M. y Damasceno Caldeira, R. (2024). Marisqueiras da cidade de Curuçá, Estado do Pará: uma abordagem socioeconômica, produtiva e ambiental. *Mundo Amazônico*, 15(1), 7-22. <https://doi.org/10.15446/ma.v15n1.101491>

---

## Resumo

Este trabalho realizou um diagnóstico sobre os aspectos socioeconômicos, produtivos e ambientais de mulheres da Associação das Marisqueiras na Área da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande Curuçá, Estado do Pará. Foram entrevistadas 20 extrativistas por meio de formulários semiestruturados, além de observação não participante e diário de campo. Os dados quantitativos foram analisados descritivamente. Os resultados indicaram que as entrevistadas pertenceram a diferentes faixas etárias, sendo a maioria solteira, com baixo grau de instrução e de poder aquisitivo. Elas são nativas de Curuçá e afiliaram-se à associação, sobretudo, por falta de oportunidade de emprego, mas, até o momento, não tiveram nenhum benefício. Moluscos e crustáceos são extraídos pelas mulheres, totalizando seis etnoespécies, podendo haver a participação familiar, e com destino principal para o autoconsumo e o excedente para a comercialização a preços variados, mas a poluição ambiental é um dos principais problemas percebidos e que afeta a produção e o trabalho. As conchas e exoesqueletos dos mariscos são descartados indevidamente no meio, mas podem ser coletados pelo serviço público de coleta de resíduos, usados em remédio caseiro ou vendidos como insumo para o artesanato. A maioria das marisqueiras tem ações para minimizar a superexploração e/ou o desaparecimento dos mariscos e já participou de cursos e/ou atividades sobre Educação Ambiental. Portanto, o perfil

---

**Maryane de Sousa Sousa.** Bióloga, Especialista em Gestão escolar e coordenação pedagógica e Ecologia e desenvolvimento sustentável. Faculdade Estácio. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1389-7510> E-mail: [maryanesousasousa@gmail.com](mailto:maryanesousasousa@gmail.com)

**Rossela Damasceno Caldeira.** Bióloga, Mestre em Saúde Animal na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém. E-mail: [rosselabio@gmail.com](mailto:rosselabio@gmail.com)

socioeconômico e extrativo dessas marisqueiras é similar aos outros encontrados em outros estudos, e que estão vulneráveis ao desaparecimento dos moluscos, que é uma de suas fontes de renda e alimento, por causa dos problemas ambientais vigentes.

*Palavras-chave:* Extrativismo; Mariscagem; Perfil socioeconômico; Percepção ambiental.

#### Abstract

This study conducted a diagnosis on the socioeconomic, productive, and environmental aspects of women from the Marisqueiras Association in the Mãe Grande Curuçá Extractive Reserve Area, State of Pará. Twenty extractivists were interviewed using semi-structured forms, in addition to non-participant observation and a field diary. Quantitative data were analyzed descriptively. The results indicated that the interviewees belonged to different age groups, most being single, with a low level of education and purchasing power. They are natives of Curuçá and joined the association mainly due to a lack of employment opportunities, but, so far, they have not received any benefits. Molluscs and crustaceans are extracted by women, totaling six ethnospecies, with the possibility of family participation, and with the main destination for self-consumption and the surplus for commercialization at different prices. However, environmental pollution is one of the main problems perceived and that affects production and work. The shells and exoskeletons of clams are improperly discarded, but they can be collected by the public waste collection service, used in home remedies, or sold to make crafts. Most shellfish gatherers have taken actions to minimize overexploitation and/or disappearance of shellfish and have participated in courses and/or activities on Environmental Education. Therefore, the socioeconomic and extractive profile of these shellfish gatherers is similar to those in other studies, and they are vulnerable to the disappearance of molluscs, which is one of their sources of income and food, due to current environmental problems.

*Keywords:* Extractivism; Seafood; Socioeconomic profile; Environmental perception.

#### Resumen

Este trabajo realizó un diagnóstico sobre los aspectos socioeconómicos, productivos y ambientales de las mujeres de la Asociación Marisqueiras en el Área de la Reserva Extractiva Mãe Grande Curuçá, Estado de Pará. Veinte extractivistas fueron entrevistadas utilizando formularios semiestructurados, además de observación no participante y un campo diario. Los datos cuantitativos se analizaron descriptivamente. Los resultados indicaron que los entrevistados pertenecían a diferentes grupos de edad, siendo la mayoría solteros, con bajo nivel educativo y poder adquisitivo. Son nativos de Curuçá y se unieron a la asociación, principalmente por falta de oportunidades de empleo, pero, hasta el momento, no han tenido ningún beneficio. Los moluscos y crustáceos son extraídos por las mujeres, en total seis etnospecies, y puede haber participación familiar, principalmente para el autoconsumo y el excedente para la venta a diversos precios, pero la contaminación ambiental es uno de los principales problemas percibidos que afectan a la producción y el trabajo. Las conchas y exoesqueletos de las almejas se desechan indebidamente en el medio, pero pueden ser recogidos por el servicio público de recolección de residuos, utilizados en remedios caseros o vendidos para hacer artesanías. La mayoría de marisqueiras cuentan con acciones para minimizar la sobreexplotación y/o desaparición de mariscadores y ya han participado en cursos y/o actividades de Educación Ambiental. Por tanto, el perfil socioeconómico y extractivo de estos mariscadores es similar a otros encontrados en otros estudios, y son vulnerables a la desaparición de los moluscos, que es una de sus fuentes de ingresos y alimentación, debido a los problemas ambientales actuales.

*Palabras clave:* Extractivismo; Mariscos; Perfil socioeconómico; Percepción ambiental.

## Introdução

Os manguezais são provedores de inúmeros bens e serviços para as populações humanas, especialmente, para as comunidades ribeirinhas que mantêm uma relação de dependência com os recursos naturais, como os crustáceos e moluscos, que são importantes como alimento humano

e geração de renda para pescadores e comerciantes (Vieira *et al.*, 2014; Oliveira, Andrade e Souza, 2020). Nesse cenário, as mulheres ocupam lugar de destaque nas atividades de coleta de mariscos como contribuintes ou provedoras do sustento familiar. De acordo com Freitas *et al.* (2015), essas mulheres que utilizam recursos pesqueiros (mariscos) para a complementação da renda familiar e/ou para subsistência são chamadas de marisqueiras.

Os mariscos são os chamados frutos do mar, que podem ser os crustáceos e os moluscos. Por sua vez, as marisqueiras, geralmente, são esposas de pescadores ou membros mais jovens da família (mulheres), as quais extraem os moluscos em áreas arenosas ou lodosas de manguezais e pedrais por meio de instrumentos simples, confeccionados por si mesmas, com auxílio de utensílios domésticos e até com as próprias mãos (Monteles *et al.*, 2009). Apesar do importante papel desempenhado pelas mulheres no setor pesqueiro, o espaço social que elas ocupam tem permanecido invisível por grande parte dos pesquisadores e, sobretudo, pelo poder público em todas as esferas administrativas (Dias, Rosa e Damasceno, 2007).

Na Classificação Brasileira de Ocupação, essas trabalhadoras se encontram sob o título de catador de mariscos, que compreende o marisqueiro ou mariscador (Brasil, 2021). Entretanto, as marisqueiras, em geral, não têm grande parte dos direitos que cabem aos trabalhadores urbanos e rurais, os quais visam a melhoria de sua condição social e redução de riscos inerentes ao trabalho (Brasil, 1988), além de reverter o quadro precário de condições socioeconômicas e de trabalho.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, no Brasil, algumas políticas públicas visam estabelecer novas relações e tecnologias para o setor pesqueiro sem considerar o saber e o fazer tradicional (Mendonça e Valencio, 2008), assim como não levam em consideração os aspectos ambientais que permeiam a pesca, em especial, a mariscagem. Para Pena, Martins e Rego (2013), o conhecimento tradicional é importante porque apresenta uma gama de informações sobre os ciclos das marés, especificidades de cada espécie de marisco, estratégias e instrumentos de captura dos animais, áreas mais produtivas, estações do ano, ciclo lunar na influência da produção, formas de reprodução, melhores períodos para o extrativismo, entre outros.

O uso de conhecimentos tradicionais de comunidades extrativistas, associada aos dados coletados por meio de metodologia científica, pode subsidiar a elaboração de planos de manejo e delineamento de programas de apoio à pesca artesanal (Freitas *et al.*, 2015). A relação da comunidade marisqueira com o meio circundante também precisa ser analisada, assim como seu conhecimento sobre a classificação das espécies, história, comportamento, biologia e uso dos recursos naturais da região onde vive (Diegues, 2000; Begossi *et al.*, 2006). Além disso, existe um interesse dos

pesquisadores quanto à percepção ambiental das marisqueiras, visando subsidiar formas de manejo do extrativismo, definição do tempo de repouso, tamanho ideal para o extrativismo e forma adequada de extração (Monteles *et al.*, 2009).

Nesse contexto, estudos de gênero, socioeconômicos, produtivos e ambientais vêm sendo desenvolvidos no Brasil, como na Reserva Ponta do Tubarão, em Rio Grande do Norte (Dias *et al.*, 2007), no município de Raposa, Maranhão (Monteles *et al.*, 2009); em comunidades da região da Baía de Todos os Santos-Bahia (Pena *et al.*, 2013), em Arembepe, no município de Camaçari-Bahia (Meneses, 2018). Esses trabalhos demonstraram a importância das mulheres em tarefas específicas na pesca artesanal, mas também a precariedade em termos socioeconômicos e produtivos devido ao desamparo por parte do poder público, grande dependência dos recursos extrativos, redução da produtividade, problemas socioambientais, desconhecimento dos direitos trabalhistas, entre outros. Esses estudos também evidenciaram a relevância do conhecimento tradicional para a prática extrativista, espécies manejadas e condições ambientais que influenciam a produção e o trabalho.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi diagnosticar os aspectos socioeconômicos, produtivos e ambientais de mulheres associadas à Associação das Marisqueiras na Área da Reserva Extrativista Mãe Grande Curuçá, Estado do Pará.

## Metodologia

---

### Área de estudo

O município de Curuçá pertence às Regiões Geográficas Imediata e Intermediária de Castanhal (IBGE, 2017). Ele apresenta uma extensão territorial de 676,322 km<sup>2</sup>, possui uma população de 40.342 pessoas, sendo distribuída pela sede administrativa e em 52 comunidades rurais, que se encontram em rios e várzeas e em zona de planalto (IBGE, 2022). Como se trata de um município predominantemente rural, metade da população tem nas atividades ligadas à pesca a sua principal ocupação (IBGE, 2010).

A comercialização de peixes e mariscos se destaca em Curuçá, transformando o município em um tradicional e importante centro pesqueiro do Nordeste Paraense<sup>1</sup>, pois o núcleo urbano tem a orla voltada para o rio Curuçá, criando um espaço geográfico típico das localidades ribeirinhas da Amazônia, cercado por porções litorâneas ocupadas por manguezais (Figueiredo, 2007; Souza, 2010), que permite a prática da pesca, em especial, a mariscagem.

Nesse município, a Reserva Extrativista Marinha de Mãe Grande de Curuçá foi criada no ano de 2002, como uma Unidade de Conservação (UC)

de uso sustentável, com o objetivo de conciliar a manutenção das populações naturais com o sustento das populações humanas locais. Por lei, uma reserva extrativista é uma área de domínio público utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência é comprovadamente baseada no extrativismo, na agricultura de subsistência ou na criação de animais de pequeno porte e, em especial, no caso de Curuçá, da pesca artesanal (Magalhães, 2005). No referido município existe a Associação das Marisqueiras na Área da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande Curuçá, CNPJ: 7572730000106 (MOSC, 2023), que é composta, atualmente, por 20 trabalhadoras.

## Amostra

A amostra para este estudo foi composta por 20 mulheres extrativistas filiadas à Associação das Marisqueiras na Área da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande Curuçá, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## Coleta de dados

Este procedimento foi realizado por meio da aplicação de formulários semiestruturados com base em estudos similares com extrativistas (Dias *et al.*, 2007; Monteles, *et al.*, 2009; Alves e Pontes, 2015; Rocha *et al.*, 2020). Os formulários foram divididos em três partes:

a) dados socioeconômicos (idade, escolaridade, estado civil, local de origem, tempo de moradia no local, principal fonte de renda, renda mensal familiar, auxílio financeiro do governo; tempo de filiada à referida associação, principal motivo de ser uma associada, benefício advindo com a associação);

b) dados do extrativismo (etnoespécies de mariscos capturados, local e frequência de extração, destino da produção, valor do quilo do(s) marisco(s), envolvimento familiar na atividade).

c) dados socioambientais (problemas socioambientais – principal e secundários - que afetam o trabalho extrativo, destino dos resíduos dos mariscos, percepção sobre o possível desaparecimento de espécies extrativas, ação individual para minimizar a exploração de mariscos e a participação em curso ou atividade de educação ambiental).

Outras informações foram coletadas por meio da observação não participante e do diário de campo, isto é, a partir da observação e o registro livre dos fatos que ocorrem durante as atividades de campo, sem que haja o envolvimento do pesquisador no cotidiano dos informantes (Bernard, 2006; Albuquerque *et al.*, 2010).

## Análise de dados

Os dados quantitativos coletados por meio dos formulários foram analisados descritivamente, a fim de gerar frequências e subsidiar a elaboração de tabela e gráficos. Os dados qualitativos obtidos pela observação não participante e pelo diário de campo foram discutidos ao longo do texto, quando for pertinente para complementar ou explicar as informações quantitativas.

## Resultados e discussão

### Perfil socioeconômico das marisqueiras

As mulheres entrevistadas pertenceram a diferentes faixas etárias, sobretudo, de 40 a 44 anos (35,0%); a maioria era solteira (65,5%) e possuía apenas o ensino fundamental incompleto ou completo (90,0%) (Tabela 1). Na mariscagem a presença feminina é predominante, porque a atividade demanda pouco tempo; pode ser realizada em áreas próximas às residências; tem menos dinâmica do que a pesca de peixes e o processamento dos mariscos pode ser feito em suas moradias, permitindo a realização paralela de atividades domésticas (Dias *et al.*, 2007). Não obstante, em Curuçá, as mulheres – alvo do estudo - são os principais atores na mariscagem, podendo haver a participação de familiares do gênero masculino, cuja atividade ocorre nas proximidades e o processamento para consumo e/ou venda em suas casas.

Tabela 1. Dados do perfil socioeconômico das marisqueiras da cidade de Curuçá, PA.

Característica	Variável	%
Faixa etária	25 a 29 anos	10,0
	30 a 34 anos	10,0
	35 a 39 anos	10,0
	40 a 44 anos	35,0
	45 a 49 anos	10,0
	50 a 54 anos	15,0
	55 a 59 anos	10,0
Escolaridade	Ensino fundamental	90,0
	Ensino médio	10,0
Estado civil	Solteiro	65,0
	União estável não oficializada	35,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A diversidade etária e a baixa escolaridade das mulheres marisqueiras foram identificadas em muitos estudos pelo Brasil sobre mariscagem, configurando um perfil semelhante desta classe profissional no território nacional (Evangelista-Barreto *et al.*, 2014; Alves e Pontes, 2015; Santos *et al.*, 2017; Pillett, 2017; Silva e Miller, 2019; Silva *et al.*, 2021). Silva e Miller (2019) verificaram, entre as marisqueiras das comunidades de Patané e Camocim, do Rio Grande do Norte, que a rotina pesqueira era exercida por profissionais mais velhas, pois os pais não estimulavam mais os seus filhos a continuarem na pesca por causa das dificuldades existentes.

O baixo grau de escolaridade condiciona ainda mais os pescadores e marisqueiras a total dependência da atividade pesqueira, visto que esses trabalhadores não detêm a qualificação exigida para trabalhar em atividades diferenciadas, isto é, o fator escolaridade dessas profissionais influencia negativamente nas possibilidades de emprego formal no mercado de trabalho (Pillett, 2017; Silva e Miller, 2019). Nobrega *et al.* (2014) discorreram que a falta de educação formal faz com que as marisqueiras tenham dificuldades em contextualizar a sua atividade, o que, por sua vez, contribui para que resultados de políticas públicas aplicadas ao setor apresentem baixo rendimento ou que fiquem em vulnerabilidade socioeconômica e ambiental por falta dessas políticas e baixa atuação das associações da classe.

É comum em grupos de pescadores que estes indivíduos vivam em uniões estáveis não oficializada, porém, autodeclaram-se como solteiros. O núcleo familiar de pescadores e marisqueiras é constituído, sobretudo, por meio da união não oficializada, o que é considerada por eles como união estável (Santos *et al.*, 2017) ou popularmente conhecida como “amigadas”, quando não há o casamento na igreja e/ou cartório, mas vivem juntos na mesma residência.

Quanto ao local de origem, de forma unânime, as marisqueiras procediam do próprio município de Curuçá, residindo no local desde a infância, onde, a maioria (95,0%) teve como principal fonte de renda a extração de mariscos e somente 5,0% trabalhava como diarista de serviços domésticos, sendo a mariscagem uma das alternativas econômicas secundárias. É importante destacar que Curuçá é um local privilegiado, porque é município que se notabiliza pela comercialização de peixes e mariscos, além de outras atividades produtivas, e nele existem comunidades que exercem a agricultura familiar, a pesca e a coleta de mariscos como atividade complementar de rendimentos domésticos (Souza, 2010).

Tratando-se do orçamento mensal familiar, as 20 mulheres obtinham ao mês o inferior a um salário-mínimo e todas eram beneficiadas pelo Programa Federal Bolsa Família. Para essas extrativistas os recursos dos ecossistemas terrestres e aquáticos geram renda e complementam o sustento familiar, isto é, são direcionados à subsistência diária das famílias que desenvolvem as

atividades (Palheta *et al.*, 2016), pois, no geral, não garantem estabilidade financeira. Por sua vez, a transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família é uma importante ajuda do governo para essas trabalhadoras, conforme verificado em comunidades agroextrativistas do município de Marapanim-PA, cujas famílias utilizam esses recursos financeiros para suprir algumas necessidades básicas das unidades familiares e manter os filhos na escola (Alves *et al.*, 2015).

O tempo de filiação à Associação das Marisqueiras variou bastante, onde a maioria alegou ter 17 anos como associada (50,0%), isto é, desde o período de fundação da associação, e as demais estão afiliadas  $\geq 10$  anos (Figura 1). Nesse contexto, uma associação de marisqueiras pode contribuir para a valorização do trabalho artesanal, visto que entraves na comercialização do produto e na organização social impossibilitam o crescimento socioeconômico dessas profissionais (Freitas *et al.*, 2012).

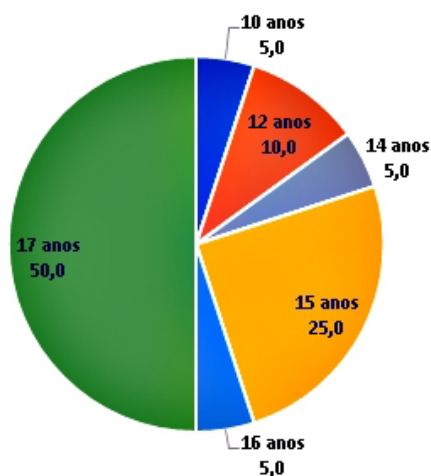


Figura 1. Tempo de filiação das entrevistadas à Associação das Marisqueiras na Área da Reserva Extrativista Mãe Grande Curuçá.

Quando se trata de os motivos de essas mulheres terem se associado, verificou-se que a metade (50,0%) se tornou membro da associação pela falta de oportunidade de emprego, enquanto para a outra parte (50,0%), o complemento de renda. Porém, todas as entrevistadas, até o momento, não tiveram nenhum benefício advindo com a associação, como políticas públicas específicas para a classe, auxílios financeiros e técnicos, melhoria no processo de comercialização e outros, o que demonstra que em tal organização existem muitas deficiências que precisam ser avaliadas por seus membros, a fim de fazer valer o seu propósito de criação. Afinal, como afirmaram Romarco *et al.* (2011), toda organização requer a formação de caráter solidário entre seus



membros, objetivando o autorreconhecimento destes como parte do mesmo grupo organizacional, tendo direitos, deveres e responsabilidades que devem ser seguidos para o bom êxito da entidade.

## Perfil do extrativismo realizado pelas marisqueiras

Em relação aos mariscos extraídos pelas marisqueiras foram verificadas seis etnoespécies, com maior citação para mexilhão da areia (35,0%), sarnambi (20,0%), sururu (12,5%) e outras tiveram menores frequências (Figura 2). Sobre isso, é comum que a extração de moluscos, como ostras, sarnambis, sururus, esteja entre as atividades de maior destaque em áreas estuarinas e de manguezais, pois são recursos típicos desses ecossistemas (Nishida *et al.*, 2008).

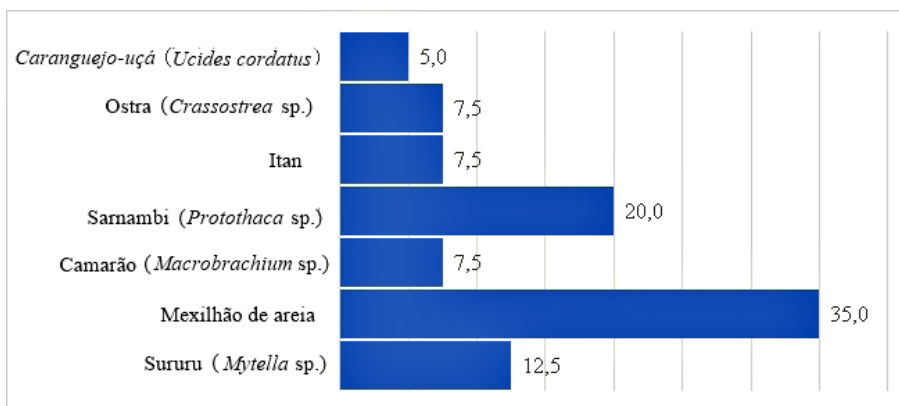


Figura 2. Percentual dos mariscos coletados pelas associadas.

Fonte: DADOS da pesquisa.

Assim como em outros trabalhos, o processo extrativo é feito manualmente, de forma individual ou coletiva, podendo ser, em alguns casos, usadas ferramentas (redes, facas e outros objetos perfurocortantes) e aparatos (como baldes e sacos) para armazenamento dos produtos extraídos para posterior seleção dos organismos de interesse, em casa (Dias *et al.*, 2007; Jesus e Prost, 2011; Ipiranga *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021). Os instrumentos manuais são mais usados para escavar durante a extração do mexilhão de areia, cortar madeira em decomposição para a coleta do turu e extração de ostras fixadas em fragmentos de rocha (pedra).

Os locais de extração dos mariscos corresponderam aos manguezais (90,0%) e ao igarapé do Comandeteua (10,0%), cujas atividades dependem do horário das marés, e ocorrem, de forma individual, mesmo uma associação de marisqueiras *in loco*. É muito frequente na microrregião do Salgado Paraense – integrante da Mesorregião do Nordeste Paraense - que

pescadores e marisqueiras sejam constantemente atraídos para lugares onde os recursos estão mais disponíveis (Dias, 2014). Na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande Curuçá, a delimitação dos territórios produtivos, como os manguezais, pelos pescadores artesanais e marisqueiras se dá pela associação da ocupação secular desses espaços com o conhecimento empírico sobre o ambiente ribeirinho, o qual possibilita a dinâmica entre as relações históricas e simbólicas específicas do homem com a natureza (Souza, 2010), pois, afinal, os agrupamentos humanos começam a se formar onde há recursos disponíveis para a sobrevivência.

Os mariscos, de diferentes etnoespécies, são direcionados ao autoconsumo e/ou vendidos diretamente aos consumidores, de acordo com 90,0% das entrevistadas, enquanto para as demais (10,0%), apenas para a comercialização. Os preços variam de acordo com as etnoespécies, por exemplo, 1 kg do sarnambi custava R\$ 30,00; R\$ 25,00, o do mexilhão; R\$ 20,00, o do mexilhão de areia; de R\$ 30,00 a R\$ 35,00, o do camarão; e R\$ 2,00 a unidade do caranguejo-uçá.

Nesse sentido, como geralmente acontece em agrupamentos extrativistas, o destino principal dos produtos é o autoconsumo, isto é, produzem para a alimentação da família, e o excedente é destinado à venda, a fim de obter recursos financeiros para a aquisição de produtos e bens de consumo que não produzem (Alves *et al.*, 2015). Outro aspecto observado em outros estudos é o baixo preço pago pelos produtos extrativos diante do árduo trabalho dos extrativistas, cujo recurso financeiro é destinado apenas à subsistência (Pena *et al.*, 2011; Freitas *et al.*, 2012; Alves e Pontes, 2015).

Quanto à participação familiar, a maioria das entrevistadas (70,0%) alegou não haver tal participação, enquanto as demais (30,0%) mencionaram a presença do marido e/ou filhos no ofício. Sobre isso, sabe-se que a mariscagem é exercida sobretudo por mulheres, de diferentes idades, lembrando que elas começam muito cedo na atividade – ainda quando crianças ou adolescentes, aproveitando os ensinamentos de suas mães (Moura *et al.*, 2011). Estes mesmos saberes servem para os filhos homens, que eventualmente também exercem a atividade, embora com menos frequência, conforme observado no presente estudo. A presença do homem na mariscagem (geralmente o marido/companheiro) é solicitada para o transporte da produção, quando o volume é muito pesado, mas, no geral, as mulheres também o fazem (Santos *et al.*, 2017), assim como ocorre em Curuçá.

## Perfil ambiental relacionado ao cotidiano das marisqueiras

Em relação ao principal problema socioambiental percebido pelas marisqueiras, este foi poluição ambiental (100%), enquanto outros dois problemas mencionados por elas foram as “lesmas” que se alimentam dos

mariscos de concha (60,0%), conforme uma das entrevistadas “*lesmas fazem morrer os mariscos*”, e 40,0% citaram a construção de uma rua que atravessa o igarapé, interligando um bairro à praça da cidade.

No caso da poluição, ela é gerada principalmente pelos resíduos pós-consumo (lixo doméstico), o que é comum ao longo dos cursos d’água por causa do processo de urbanização nos perímetros costeiros e ribeirinhos (Medeiros e Queiroz, 2009). Muitos resíduos (garrafas plásticas, pneus, sacos, peças de vestuário etc.) puderam ser percebidos nos locais de extração dos mariscos, o que consiste em um dos principais problemas de ambientes produtivos, visto que os moluscos são animais que se alimentam por filtração, podendo se tornar reservatórios de agentes patogênicos, como bactérias.

As conchas e exoesqueletos (popularmente chamados de cascas) dos mariscos, no geral, são descartados indevidamente no meio ou coletados pelo serviço público de coleta de resíduos, de acordo com 65,0% das marisqueiras, enquanto outras (35,0%) os vendem para fazer artesanato ou fazem remédio caseiro, que é “*bom para o osso e para a vista*”, conforme a fala de uma das entrevistadas.

Apesar da presença de uma coleta de lixo realizada pela prefeitura, muitos resíduos estão dispostos no meio, incluindo as conchas dos moluscos – como resultado de atividades humanas, no caso, do beneficiamento de mariscos - e outros materiais perfurocortantes, que podem causar acidentes (Santos *et al.*, 2017). Ressalta-se que o uso das conchas dos mariscos no artesanato feito pelas próprias marisqueiras poderia vir a colaborar com sua renda mensal, evitando o descarte inadequado das conchas durante o processamento da carne (Freitas *et al.*, 2012).

As marisqueiras, em sua maioria (65,0%), contribuem com ações para minimizar a superexploração e/ou o desaparecimento dos mariscos, citando, por exemplo, que “*evitamos capturar os mariscos quando eles estão bem pequenos*”, “*protejo a Mãe Grande (Manguezal)*”, “*evito que joguem lixo*” e “*limpo sempre que posso*”; e 35,0% responderam que não praticavam nenhuma ação para a conservação ambiental. Esses são alguns resquícios de uma conscientização ambiental, que precisa ser mais bem trabalhada e reproduzida por todas as marisqueiras e a comunidade em geral, pois todas fazem parte do meio e dele dependem para sobreviver. Evangelista-Barreto *et al.* (2014) inferiram que a maioria dos indivíduos de um grupamento social se preocupa com o ambiente por meio de pequenos atos de conservação/preservação, porém, torna-se de fundamental importância uma ampla conscientização e ações mais contundentes pelo poder público em relação à proteção e preservação dos recursos ambientais locais.

Nesse sentido, ao se tratar de cursos e/ou atividades sobre Educação Ambiental (EA) direcionados às marisqueiras, grande parte delas mencionou o curso de EA promovido pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra)

(75,0%), diferente da minoria (5,0%) que não participou de nenhum curso dessa natureza. A EA possui entre suas prioridades, e como tarefa por excelência, a construção de uma nova racionalidade no uso dos recursos naturais, bem como da condição saudável de vida entre os seres humanos (Rego Neto e Batista, 2014).

## Conclusão

---

As marisqueiras de Curuçá são profissionais com baixo grau de instrução, mínimo poder aquisitivo e baixa organização social – embora haja uma associação da classe. Estas mulheres possuem diferentes faixas etárias, o que significa que o trabalho ocorre independentemente de idade, além de serem nativas, vivendo solteiras ou em uniões estáveis não oficializadas. Elas usufruem do meio circundante para a obtenção de recursos, em especial, de mariscos, para a alimentação e geração de renda.

O trabalho extrativismo acontece de forma tradicional, repassado entre as gerações, mas com problemas que tendem a afetar atividade, como o desaparecimento de espécies de crustáceos e moluscos, sobretudo, por causa da poluição ambiental, além de predadores de mariscos e construção de uma rua sobre o igarapé. Entretanto, algumas ações para a conservação desses recursos são praticadas por essas mulheres, apesar de haver pouca atuação de órgãos do poder público quanto à promoção da EA entre elas.

Diante disso, sugerem-se trabalhos para a identificação das espécies de mariscos (nomes científicos) extraídos pelas marisqueiras em Curuçá, incluindo da espécie de molusco (lesma) predadora dos organismos extrativos; estudos para avaliar os impactos socioambientais decorrentes da implantação da rua sobre o igarapé; atividades de EA para a conscientização em massa das extrativistas e da sociedade em relação à poluição ambiental, pesca predatória, entre outros; cursos profissionalizantes para as marisqueiras com o intuito de agregar valor ao produto e aproveitar todas as suas partes descartáveis, como as conchas, a fim de ter um ganho adicional; e mobilização da associação das marisqueiras em busca de direitos que pertencem à classe, visando a melhoria de trabalho e qualidade de vida.

## Notas

---

<sup>1</sup> O Nordeste do Estado do Pará é formada por cinco microrregiões I) Bragantina (8.703,30 km<sup>2</sup>); II) Cametá (16.144,60 km<sup>2</sup>); III) Guamá (28.439,60 km<sup>2</sup>); IV) Salgado (5.812,70 km<sup>2</sup>) e V) Tomé-Açu (24.453,30 km<sup>2</sup>), totalizando 49 municípios, que, em conjunto, abrangem 83.316,20 km<sup>2</sup> (6,68%) do estado (Cordeiro, Arbage e Schwartz, 2017).

## Referências

- ALBUQUERQUE, U.P., Lucena, R.F.P., e Alencar, N.L. (2010). Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. Em: Albuquerque, U.P., Lucena, R.F.P., e Cunha, L.V.F.C. (Org.). *Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica*. NUPEEA, 39-64.
- ALVES, R.J.M., e Pontes, A.N. (2015). Análise socioeconômica e produtiva das mulheres extrativistas de caranguejo *Ucides cordatus* da comunidade de Guarajubal, Marapanim, estado do Pará. *Informações Econômicas*, 45(3), 5-11.
- BEGOSSI, A., Hanazaki, N., Peroni, N., Silvano, R.A.M. (2006). Estudos de ecologia humana e Etnobiologia: uma revisão sobre usos e conservação. Em: Rocha, CFD., Bergallo, HG, Alves, MAS; Van Sluys. M (Ed.). *Biologia da conservação: essências* (pp. 320-331). Rio de Janeiro: Editora da UERJ.
- BERNARD, HR. (2006). Participant Observation. Em: Bernard, HR (Orgs). *Research Methods in Anthropology*. 4ed. Oxford: Altamira Press. 342-386.
- BRASIL (1998). Ministério da Saúde. *Portaria nº 3.120/GM, de 1º de julho de 1998*. Aprova a Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/98port3120.pdf>
- BRASIL (2021). Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações – CBO*. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>
- CORDEIRO, I.M.C.C., Arbage, M.J.C., e Schwartz, G. (2017). Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: Cordeiro, IMCC, Rangel-Vasconcelos, LGT, e Schwartz, G. *Nordeste Paraense: Panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias*, Embrapa Amazônia Oriental, 19-58.
- DIAS, D.R. (2014). *Espaço, políticas públicas e mobilidade populacional na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará. 97f.
- DIAS, T.L.P., de Souza Rosa, R., e Damasceno, L.C.P. (2007). Aspectos socioeconômicos, percepção ambiental e perspectivas das mulheres marisqueiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (Rio Grande do Norte, Brasil). *Gaia Scientia*, 1(1): 25-35,
- DIEGUES, A.C.A. (2000). *A construção de uma nova ciência para a conservação da natureza nos países tropicais*. São Paulo: NAUPAUB-USP.

- EVANGELISTA-BARRETO, N.S., Daltro, A.C.S., Silva, I.P., e de Sousa Bernardes, F. (2018). Indicadores socioeconômicos e percepção ambiental de pescadores em São Francisco do Conde, Bahia. *Boletim do Instituto de Pesca*, 40(3), 459-470.
- FIGUEIREDO, E.M. (2007). *Uma estrada na reserva: impactos socioambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá (PA)*. 133 f. Tese (Mestrado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará/Museu Paraense Emílio Goeldi/Embrapa, Belém.
- FREITAS, S.T. *et al.* (2012). Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, área de proteção ambiental do delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 15(2), 91-112. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000200006>
- INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística – IBGE (2010). *Dados socioeconômicos de Curuçá*. Brasília. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=150290>
- INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística – IBGE (2022). *Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/curuca/panorama>
- INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística – IBGE (2017). *Divisão Regional em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- IPIRANGA, J.Á. *et al.* (2020). Riscos ambientais e ergonômicos nas atividades de coleta e extração de mariscos no nordeste paraense. *Natural Resources*, 10(2), 55-67. <https://doi.org/10.6008/CBPC2237-9290.2020.002.0008>
- JESUS, R.S., e Prost, C. (2011). Importância da atividade artesanal de mariscagem para as populações nos municípios de Madre de Deus e Saubara, Bahia. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 15(3), 123-137. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74236>
- MAPA DAS Organizações da Sociedade Civil – MOSC. *Associação das Marisqueiras na Área da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá-PA*, 2023. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/1209297>
- MAGALHÃES, L. (2005). *Resex de Mãe Grande: entre o rio, o mar e o homem*. Pesquisa do Programa de Estudos Costeiros do MPEG traça diagnóstico e aponta o futuro de uma das mais peculiares reservas extrativistas marinhas nacional. Belém-PIATAM mar e ACS-MPEG.
- MENDONÇA, S.A.T., e Valencio, N.F.L.S. (2008). O papel da modernidade no rompimento da tradição: As políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. *Boletim do Instituto de Pesca*, 34(1), 107-116.

- MENESES, F.V.C.S. (2018). *Conhecimento local e percepção ambiental de pescadores artesanais: uma estratégia de educação ambiental*. Dissertação (Mestrado), Programa Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador – UCSal. 104f.
- MONTELES, J.S. *et al.* (2009). Percepção sócio-ambiental das marisqueiras no município de Raposa-MA. *Revista Brasileira de Engenharia de Pesca*, 4(2), 34-45.
- MOURA, D.F.G., dos Santos Neto, A.O., e Almeida, R.O. (2008). A etnoecologia das marisqueiras da comunidade de Praia Grande, Ilha de Maré, Salvador-BA. *Revista Virtual*, 4(2), 91-110.
- NISHIDA, A.K., Nordi, N., e da Nóbrega Alves, R.R. (2008). Aspectos socioeconômicos dos catadores de moluscos do litoral paraibano, Nordeste do Brasil. *Revista de Biologia e Ciências Da Terra*, 8(1), 207-215.
- OLIVEIRA, J., Andrade, E.J. e Souza, R. M. (2020). Aspectos socioeconômicos da mariscagem para as Comunidades de Mem de Sá e Tinharé, Rio Vaza-Barris, Sergipe. *Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 9(1), 380-403. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2020v9i1.p380-403>
- PALHETA, M.K.D.S., Cañete, V.R., e Cardoso, D.M. (2016). Mulher e mercado: participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá (PA). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 11, 601-619. <https://doi.org/10.1590/1981.81222016000300004>
- PENA, P.G.L., Martins, V., e Rego, R.F. (2013). Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 38(127), 57-68. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572013000100009>
- PENA, P.G.L., Freitas, M.D.C.S.D., e Cardim, A. (2011). Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 3383-3392. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000900005>
- PILLETT, E.A. (2018). A Participação das Mulheres na Reserva Extrativista Caeté/Taperaçu na Comunidade de Taquandeua-Bragança/PA. *Amazônica-Revista de Antropologia*, 9(1), 388-412. <https://doi.org/10.18542/amazonica.v9i1.5496>
- REGO NETO, L.G., e Batista, M.S.S. (2014). Os impactos ambientais da pesca artesanal: Perspectivas de educação ambiental com mulheres marisqueiras. In: V Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas. *Anais...* UERN, Pau dos Ferros/RN, 1-10.

- ROCHA, L.C.F. *et al.* (2020). Situação socioeconômica e do bem-estar das mulheres extrativistas na Ilha de Marajó, Brasil. *Research, Society and Development*, 9(7), <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.5203>
- ROMARCO, M.L., Jesus Lopes, B., e Silva, E.A. (2011). Cooperativismo como alternativa socioeconômica e sustentável de comunidades Amazônicas: O caso da Cooperativa Mista de Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru, no sul do Amapá. *Revista Symposium*, 9(2), 136-157.
- SANTOS, S.S., Barreto, N.S.E., e Barreto, L.M. (2017). Cadeia produtiva de ostras no Baixo Sul da Bahia: um olhar socioeconômico, de saúde pública, ambiental e produtivo. *Acta of Fisheries and Aquatic Resources*, 5, 10-21.
- SILVA, L.K.T., e Souza Miller, F. (2019). Pesca artesanal no litoral sul potiguar: Perfil socioeconômico, dificuldades e perspectivas. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(53). <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2019v1n53ID20595>
- SILVA, N.B.A. *et al.* (2021). Levantamento dos Riscos Ocupacionais das Marisqueiras no Município de Raposa-MA Survey of Occupational Risks of Shellfish Collectors in the Municipality of Raposa-MA. *Brazilian Journal of Development*, 7(7), 69628-69644. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n7-235>
- SOUZA, C.B.G. (2010). A gestão dos recursos naturais na Amazônia: a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá-PA. *Revista Geografar*, 5(1), 83-104. <https://doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17783>
- VIEIRA, N., Siqueira, D.E., Ever, M., e Gomes M. (2014). Divisão sexual o trabalho e relações de gênero em contexto estuarino-costeiro. *Amazônica-Revista de Atrapologia*, 5(3), 806-835, 2014. <https://doi.org/10.18542/amazonica.v5i3.1606>